

**EDcl nos EDcl no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº
1.185.296 - SP (2017/0258808-1)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : V H M (MENOR)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. LEI 8.069. PRAZO RECURSAL DE 5 DIAS PARA A OPOSIÇÃO DOS ACLARATÓRIOS. TEMPESTIVIDADE DOS PRIMEIROS EMBARGOS. VÍCIOS INEXISTENTES. MERO INCONFORMISMO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS ACOLHIDOS. CONHECIDOS OS PRIMEIROS EMBARGOS E REJEITADOS.

1. Os procedimentos especiais expressamente enumerados pela Lei 8.069/90, submetem-se ao prazo recursal de 10 dias, excetuando-se os embargos de declaração, com prazo estabelecido em 5 dias, entendimento em consonância, portanto, com a jurisprudência firmada por esta Corte. Logo, são tempestivos os primeiros embargos de declaração opostos.
2. Os embargos de declaração servem ao saneamento do julgado eivado de um dos vícios previstos no art. 619 do Código de Processo Penal – ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão –, hipóteses inexistentes no julgado recorrido.
3. Tendo a matéria sido decidida com a devida e clara fundamentação no sentido de que, *ausente a comprovação da tempestividade mediante a apresentação de documento idôneo a respaldar a pretensão defensiva, uma vez que apenas apresentou planilha do Excel*, não há falar em obscuridade, contradição ou omissão.
4. Embargos de declaração de fl. 339 acolhidos para conhecer dos embargos de fls. 313-315, porém rejeitá-los.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, acolher os embargos de declaração de fl. 339 para conhecer dos embargos de declaração de fls. 313/315 e rejeitá-los, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator